Biblioteca DIGITAL CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

LÉLIO DE SOUZA
Discurso

Diário do Congresso Nacional - Seção I
06/10/1984

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

traordinário crescimento econômico e já o PNB continental, que desde a II Guerra Mundial crescia a uma taxa de mais de 5% ao ano, veio então declinando, e, falando especificamente sobre o Brasil, os pesquisadores lembram que em 1981 tivemos um decréscimo na renda **per capita** nacional de 4,2% e em 1982, de 1,8%.

Tal fato, demonstra o estudo, ainda, afeta a saúde, a educação e o bem-estar da infância brasileira. Há crescentes taxas de crianças nascidas com peso abaixo da média. E um substancial aumento no número de menores abandonados, ou nascidos de pais sem recursos para criá-los, submetidos aos maus-tratos decorrentes do meio agressivo em que têm de conviver e sobreviver.

Gostaria de acrescentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, em meu Território, o Amapá, esse quadro é igualmente preocupante: Em 1980 tínhamos apenas 1 hospital oficial convenientemente aparelhado, 02 outros particulares e 1 religioso, no total de 368 leitos e 70 médicos disponíveis. Não dispomos de ensino superior, temos 161 estabelecimentos de ensino de 1º grau e nove escolas públicas para o 2º grau, em franco desajuste da educação, definindo uma carência maior do que no restante do País. Com ela a fome e as doenças têm mais condições de proliferar, em uma população de 200 mil habitantes aproximados. Isto tudo vale dizer, não obstante os imensos recursos federais que têm sido canalizados para o Território do Amapá, caracterizando inequivocamente a incompetência da maioria dos governadores que foram impostos ao Amapá, desqualificados para o estabelecimento de prioridades, desqualificados, portanto, para governar.

Voltando ao estudo da UNICEF, ele propõe como medida capaz de reverter esse processo a não redução das verbas governamentais destinadas à saúde, à educação e ao serviço social, visando a afastar, a curto prazo, as conseqüências da recessão nas crianças. E, a longo prazo, recomendam a restauração do ímpeto de desenvolvimento nacional.

São propostas que sugerem mudanças profundas nas políticas e práticas nacionais e que levam em conta, basicamente, o homem no futuro, em lugar das usuais metas econômicas repletas de estatísticas sobre fluxos de riqueza, que, concordamos, não podem e não devem ser esquecidos.

Esta visão humanística ressalta, assim, ser a única capaz de permitir à Nação brasileira, no nosso caso, um amanhã fundamentado na paz social, prosperidade e bem-estar, razão por que solicitamos, desta tribuna, ao Governo Federal, particularmente aos Ministros da Saúde, da Educação e da Justiça, a adoção de medidas que visem à maior assistência à criança brasileira e, particularmente, à infância no meu Território — o Território Federal do Amapá. Que tenhamos a felicidade e a sorte de sermos melhor compreendidos, na ânsia de respirar, que tem o povo do Amapá, sufocados que estamos pela pequenês de homens que teimam em fazer preponderar obras de fachada e até futilidades sobre as reais necessidades de caráter social e econômico do Amapá e da gente amapaense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais de Brasília divulgam com destaque declarações do Sr. Tancredo Neves, candidato do PMDB à Presidência da República, dando como definitiva sua decisão de instituir a representação política do Distrito Federal. Evidentemente, sua ação política será desencadeada se, até sua posse, o Congresso Nacional não tiver aprovado uma dentre tantas emendas constitucionais versando sobre o mesmo tema.

É perfeitamente dispensável qualquer argumentação sobre a necessidade dessa providência política, reclamada em nome da restauração plena da democracia representativa. A população do Distrito Federal não pode continuar marginalizada do processo democrático e submetida, não raro, aos efeitos desastrados de nomeações de administradores despojados de quaisquer compromissos com os reais interesses dessa mesma população.

As declarações do Sr. Tancredo Neves são taxativas, não deixando margem a dúvidas. Eleito e empossado, tratará de instituir a reivindicada representação política do Distrito Federal.

Saúdo essa disposição democrática que, aliás, se ajusta plenamente aos pontos programáticos que serviram de base à celebração da aliança política entre o PMDB e os dissidentes do PDS da Frente Liberal, em 7 de agosto do corrente ano.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reclamo a mesma definição para com os Municípios que perderam sua autonomia política porque foram, casuisticamente, enquadrados como áreas de interesse da segurança nacional, e os que são sede de Capitais estaduais.

Não vejo nenhuma razão para postergar igual decisão também para com esses municípios. Relativamente a eles tramitam no Congresso Nacional e na própria Câmara dos Deputados emendas e projetos de lei, respectivamente, propondo a mudança da condição subalterna a que foram reduzidos por causa dos preconceitos políticos que serviram de base à decretação da perda da autonomia.

Os compromissos selados por ocasião da formação da Aliança Democrática, congregando PMDB e Frente Liberal (dissidentes do PDS), incluem, de maneira clara, a imediata restauração das eleições para Prefeito em todos os municípios.

Então, se até a posse do novo Presidente da República não houver sido aprovado nenhuma modificação que restabeleça a autonomia política desses Municípios — Capitais e áreas de segurança —, caberá a ele propor, incontinente, medidas destinadas à reparação desse gravame político.

Essa a reivindicação que venho fazer. Meu Estado, o Rio Grande do Sul, é o mais penalizado com essas discriminações. Nele está situado o maior número de municípios que, por causa da segurança nacional, perderam a capacidade política para escolher o respectivo Prefeito. Eu próprio, tendo sido o Deputado Federal mais votado pelo PMDB em seis desses Municípios (Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Herval do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento), tenho lutado incessantemente pela mudança dessa situação, através de inúmeros projetos de lei, todos com pareceres favoráveis das Comissões Técnicas, mas — apesar disso — torpedeados pelo PDS, que não deseja mudar a constrangedora condição.

Ao saudar, portanto, a incisiva declaração do Sr. Tancredo Neves sobre a questão da representação política do Distrito Federal, cobro igual pronunciamento de S. Exª sobre a questão dos municípios e das Capitais das áreas de segurança.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Fundação de Assistência ao Educando, com a sua sigla FAE, conhecida nos principais centros urbanos do País, tem realizado uma obra apreciável de atendimento sócio-educacional, principalmente das populações mais carentes.

Trata-se de um trabalho silencioso, mas nem por isso menos eficiente, revelando o espírito público de algumas centenas de educadores, conscientes de que o problema do ensino e da integração social, conjugando a mesma preocupação cívico-política, só obterá solução quando a comunidade conscientizar-se da sua importância.

Por isso mesmo as diversas agências da FAE, em perfeita intercomunicação, estão completando, paulatinamente, no País, uma tarefa de conjugação nacional de esforços que, além da eliminação do analfabetismo — confiada a tarefa a outra instituição — complemente o plano educativo com a formação cívica e moral.

Evidentemente, não se vai exigir que a FAE adentre as faculdades, para emprestar assistência ao aluno do curso superior, quando já enfrenta o problema assistencial, no que tange a uma população de mais de trinta milhões de estudantes carentes, do primeiro e segundo ciclos.

Entretanto, a eficiência da FAE depende, certamente, da sua interiorização, que abrange, também, a conquista dos espaços pioneiros, principalmente no Nordeste brasileiro, a região socialmente menos assistida de todo o País.

Rondônia precisa da FAE em suas principais cidades, como Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena, onde o poder aquisitivo da maioria da população é cada vez menor, sem condições para a aquisição do material didático e escolar exigível para o acompanhamento das aulas.

Solicitamos, igualmente, a implantação de uma Unidade Móvel do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, nessas mesmas cidades, tendo em vista a carência de mão-de-obra especializada em todo o Estado de Rondônia e a procura constante de profissionais em outras regiões do País.

A união do esforço público com a iniciativa privada — no caso, da FAE e do SENAC — será o molde a propiciar o mais rápido desenvolvimento daquela fertilíssima região do País, que tem no Estado de Rondônia um exemplo de integração econômica digno de ser apreciado por toda a Nação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como a adoção do esquema de concessão de bônus para abater as prestações da BNH é, segundo os mutuários, uma autêntica armadilha para obrigá-los a mudar as cláusulas de seus contratos, que asseguram o princípio da plena equivalência salarial, venho à tribuna para renovar apelos aos colegas desta Casa no sentido de aprovar a urgência do projeto de minha autoria, nº 3.031/83, que estabelece o congelamento, por um ano, das prestações dos mutuários do BNH, ao mesmo tempo em que, através de substitutivo que pretendemos apresentar ao mesmo projeto, determinar as diretrizes básicas para a implantação de uma política habitacional com objetivos eminentemente sociais, corrigindo, assim, as violentas distorções que vem sofrendo o sistema.

O SR. MÁRCIO BRAGA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o dia de hoje marca mais uma etapa na luta pela autonomia política em meu Estado. Porque hoje, Sr. Presidente, estão reunidos em Angra dos Reis os Vereadores eleitos pelo povo daquela cidade, de Volta Redonda e de Duque de Caxias, para juntos gritarem pelo direito dos cidadãos daqueles municípios, considerados áreas de segurança nacional, de escolherem livremente os seus administradores.

Infelizmente, não pude comparecer a tão importante encontro. Mas, desta tribuna, uno a minha voz àquelas que exigem o direito de votar em nomes comprometidos com suas aspirações, em nomes competentes e preparados para a administração municipal e para a busca de soluções com a rapidez e a eficácia de quem conta com o respaldo popular. Junto-me àqueles que, cansados de serem governados por estranhos ao seu meio e suas peculiaridades, vêm sofrendo, ano após ano, os efeitos de uma série de arbitrariedades e incompetências cometidas em nome de uma pretensa segurança nacional.

Aliás, no Brasil, em nome da segurança nacional, comete-se uma série de desatinos que não visam mais senão a impedir o povo de participar e atuar efetivamente nas soluções da crise gerada em gabinetes, como se ao povo não coubesse a tarefa de zelar, ele próprio, pelos interesses da Nação.

Esquecem alguns, ou pretendem camuflar e se esconder da cobrança popular. Isso porque quando o povo elege os seus governantes a coisa é bem diferente, uma